

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**  
**13.07.2016**  
**PAOD**

**Intervenção - Situação do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo**

Os vereadores da CDU querem prestar algumas informações ao Executivo sobre o conjunto de perguntas que o grupo parlamentar do PCP endereçou ao governo sobre a situação do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo (1 Abril 2016) e sobre as respostas que foram dadas em ofícios que datam de 1 de Julho e ao mesmo tempo recordar os eixos centrais da posição da CDU sobre este conjunto de matérias.

Foram quatro as perguntas dirigidas ao Ministério da Defesa Nacional:

1. Que avaliação faz o Governo da proposta apresentada pelo anterior executivo à CM de Odivelas?
2. Que destino pretende o governo dar à proposta de utilização e investimento apresentada pela CMO?
3. Já se efetuou a saída definitiva do Exército deste equipamento e findaram os trabalhos da comissão liquidatária?
4. Admite o governo inverter a decisão tomada pelo anterior governo PSD/CDS e transferir o Mosteiro D. Dinis da esfera militar para o Ministério da Cultura, assumindo este as responsabilidades pelo projeto cultural, pela manutenção, consolidação, conservação e restauro e sem prejuízo de serem avaliadas as condições de cedência das restantes áreas adjacentes a este Monumento Nacional?

A estas, acrescem, as perguntas endereçadas ao Ministério da Cultura:

1. Que avaliação faz o governo do atual estado de conservação do túmulo do rei D. Dinis, no Mosteiro de Odivelas?
2. Considera o governo que o túmulo merece intervenção urgente no sentido do seu restauro? Com que fundamentos alicerça a sua posição?
3. Que medidas pretendem tomar o Governo no sentido de garantir a preservação do Mosteiro e túmulos classificados como Monumento Nacional?

E, a quarta, que é coincidente com a que foi endereçada ao Ministério da Defesa Nacional:

Admite o governo inverter a decisão tomada pelo anterior governo PSD/CDS e transferir o Mosteiro D. Dinis da esfera militar para o Ministério da Cultura, assumindo esta responsabilidade pelo projeto cultural, pela manutenção, consolidação, conservação e

restauro e sem prejuízo de serem avaliadas as condições de cedência das restantes áreas adjacentes a este Monumento nacional?

Este conjunto de perguntas tem uma inegável atualidade, já que o atual governo não pode deixar de proceder à avaliação, do seu acordo ou desacordo, relativamente às decisões tomadas pelo anterior governo, com o apoio da maioria que gere esta Câmara que visam a transferência de responsabilidades do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo para o Município de Odivelas.

Esta é uma matéria, que não pode deixar de ser devidamente avaliada, quer pelo atual governo, quer pelos órgãos autárquicos do Município e pela população já que a CMO não têm competências, nem meios que lhes permita assegurar a manutenção, consolidação, conservação e restauro de um monumento nacional e para o qual deve existir um projeto cultural que o integre numa estratégia nacional de salvaguarda do património histórico e cultural do País.

E, por isso, recordamos, que uma das perguntas colocadas ao Governo afirma com muita clareza duas dimensões das questões que estão envolvidas e que os vereadores da CDU colocaram em reunião de CMO:

**A primeira: O Mosteiro D. Dinis e S. Bernardo** onde se encontra o túmulo de D. Dinis é um Monumento Nacional classificado como tal desde 1910 e por isso defendemos em intervenção proferida a 18 de Novembro de 2015 que o Município deveria propor ao governo a desafetação do Mosteiro D. Dinis do domínio militar para a tutela do património e da cultura, por via da Direção Geral do Património Cultural.

Esta solução é, na nossa opinião, a que melhor defende o futuro deste Monumento Nacional, associado a um projeto cultural que o integre numa estratégia nacional de salvaguarda do património histórico e cultural do País.

O melhor contributo que a CMO poderá dar para a salvaguarda deste Importante património nacional situado na zona histórica de Odivelas e que é parte integrante da história do Concelho e do País é insistir para que o Ministério da Cultura assuma a inteira responsabilidade com este Monumento Nacional.

Ao mesmo tempo que deverá defender que a necessidade de integrar neste projeto a memória da presença do Instituto de Odivelas neste Monumento, ao longo de 115 anos, e para a qual se deverá contar com o empenho da Associação das Antigas Alunas desse Instituto.

Associada a esta questão central está, a necessidade de realizar obras de conservação do túmulo de D. Dinis que apresenta sérios problemas de conservação.

Um túmulo gótico, que integra o património classificado como Monumento Nacional e considerada obra cimeira da nossa arte tumular medieval, caracterizada por uma estética inovadora no que concerne à arte funerária portuguesa até então existente que reconhecidamente é um bem de interesse nacional.

**A segunda dimensão deste processo** está relacionada com a utilização futura da vasta área que adjacente ao Mosteiro e que globalmente representa cerca de sete a oito hectares de terrenos e edificado que assumem uma situação central para a freguesia de Odívelas.

**Toda esta vasta área tem uma importância estratégica, devem manter-se no domínio público e por isso** consideramos, que é legítimo questionar o governo se admite avaliar as condições de cedência ao município das restantes áreas adjacentes a este Monumento Nacional.

Para que não haja dúvida, queremos recapitular as nossas posições sobre esta matéria, ainda que ela esteja clara nas diversas intervenções que temos proferido:

Para a CDU o necessário acompanhamento da CMO e a disponibilidade para defender soluções futuras que garantam a manutenção deste património na esfera pública e sua participação na definição das soluções futuras a adotar não significa facilitar a transferência de responsabilidades do poder central para o poder local das componentes deste imóvel que estão classificadas como monumento nacional e que por isso devem ser mantidas na esfera do poder central.

A CDU defende o domínio público sobre o património e toda a área adjacente.

A CMO deverá ser clara e transparente quanto ao projeto que pretende negociar com o poder central no que concerne às áreas adjacentes ao Mosteiro, apresentando aos órgãos de poder local, à população e ao governo um projeto claro para esta vasta área e não propostas avulsas e desarticuladas.

Consideramos, que a CMO ainda estaria a tempo de proceder a uma negociação que tenha em conta as fundamentadas preocupações que são colocadas pelos vereadores da CDU.

E, tal revela-se como uma necessidade, num quadro em que o conjunto de respostas que foram dadas ao grupo parlamentar a 1 de Julho não permite clarificar qual a posição do atual governo sobre as questões nucleares que lhe foram colocadas.

**Por parte do Ministério da Defesa é referido que:**

1. Promoveram diversas diligências no sentido da definição, com carácter de urgência, da futura utilização do edifício Mosteiro D. Dinis, que como Monumento Nacional carece de manutenção constante e que nesse sentido foi analisada a proposta da CMO;
2. Em dezembro de 2015 foi submetido à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças um plano de investimento para o imóvel em causa apresentado pela CMO tendo em vista a sua remodelação e adaptação adequadas à instalação de serviços municipais e outros de utilidade pública. Um plano, que referem, prevê como contrapartida financeira o valor de 16 milhões de euros correspondentes ao investimento a realizar e um prazo de utilização de 50 anos.
3. O Plano apresentado pela CMO está em fase de avaliação obrigatória por parte da Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Nada é dito se admitem ou não a transferência do Mosteiro para a tutela do Ministério da Cultura.

É informado, ainda, que a Comissão liquidatária do Exército terminou os seus trabalhos no início do ano, aguardando o momento de entrega das instalações, sendo que o Exército, através do Colégio Militar tem assegurado uma presença e vigilância das instalações que já foram desafetadas do domínio público militar estando o edifício à guarda da Direção Geral e Recursos da Defesa Nacional.

Por último e no que concerne às **respostas dadas pelo Ministério da Cultura**, ao Grupo Parlamentar do PCP, elas são vagas e pouco claras quanto às questões colocadas limitando-se a referir que:

1. O imóvel Mosteiro de S. Dinis em Odivelas e Igreja Matriz encontram-se classificados como Monumento Nacional, por decreto de 16.06.1910 e dispõem de uma zona especial de proteção por Portaria n.º 629/2013, de 20 de Dezembro;
2. O Ministro da Cultura tem conhecimento, através da Direcção-Geral do Património Cultural da necessidade de se realizar uma intervenção conservativa do túmulo de D. Dinis;
3. A decisão de proceder a trabalhos prévios de limpeza superficial surgiu da necessidade de realizar um estudo rigoroso e direccionado para a identificação dos materiais e técnicas de execução das intervenções anteriores, determinantes para o diagnóstico detalhado do estado de conservação do túmulo e para definição dos tratamentos e metodologias adequadas para uma intervenção futura.

Na verdade é uma resposta “muito redonda” e em nada esclarecedora quanto às questões centrais que fundamentam as perguntas apresentadas e por isso queremos entregar as perguntas e respetivas respostas para que todos os vereadores desta CMO possam avaliar os seus conteúdos.

E por último e ainda que para a CDU seja uma questão prévia a todas as que foram colocadas, é que a Câmara tomou decisões sem promover como devia a discussão nos órgãos municipais e com agentes locais e a população sobre as soluções que melhor defendem este valioso património aceitando a transferência total de responsabilidades para com o Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo, e das suas áreas adjacentes sem avaliar as implicações, a curto, médio e longo prazo dessa sua decisão.

Consideramos que ainda estariam a tempo de arrepiar caminho.

Odivelas 13 de Julho de 2016

As Vereadoras da CDU